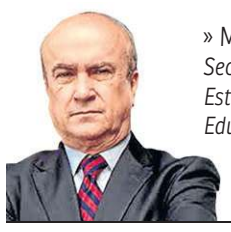
Educação, saúde mental e bem-estar: uma questão que não admite adiamentos



» MARIANO JABONERO
Secretário-geral da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

Em uma época marcada pela aceleração tecnológica, pela incerteza social e pelo aumento dos problemas de saúde mental entre crianças e jovens, a educação se apresenta como instrumento essencial para construir sociedades mais saudáveis, inclusivas e resilientes.

Essa convicção reuniu representantes governamentais, especialistas e acadêmicos no Encontro de Alto Nível promovido pela Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) e pela Santa Sé, no Vaticano. O encontro representou um passo significativo na construção de uma agenda comum para o espaço ibero-americano. Foi também um chamado à ação diante de um fenômeno que afeta milhões de jovens e condiciona a aprendizagem, a convivência social e o desenvolvimento pessoal.

Os dados são claros e preocupantes. Pelo menos um em cada sete adolescentes apresenta transtorno mental diagnosticável. Metade desses transtornos surge antes dos 14 anos e cerca de 75% antes dos 24. É, portanto, um problema que coincide com os anos de escolarização e torna impossível dissociar educação e saúde mental.

Nas últimas décadas, ansiedade, depressão e outras formas de sofrimento psicológico aumentaram em diferentes países. A pandemia agravou tendências, mas a origem é mais profunda, observando-se fatores como mudanças culturais, fragilidade dos vínculos sociais, pressão por desempenho acadêmico e a crescente exposição aos ambientes digitais.

Nesse contexto, a escola assume papel decisivo. A saúde mental não pode ser responsabilidade exclusiva dos sistemas de saúde. O sofrimento emocional afeta atenção, memória, autorregulação e outras funções essenciais à aprendizagem. Há alunos que não conseguem aprender plenamente por enfrentarem dificuldades emocionais invisíveis.

A resposta exige uma abordagem integrada. As escolas devem se tornar comunidades, promovendo competências socioemocionais, ambientes seguros, relações saudáveis e apoio psicológico. A formação dos professores, a participação das famílias e a coordenação entre educação e saúde são indispensáveis.

Mas o desafio não se limita à prevenção do sofrimento. Como destacou o teólogo e pesquisador Alex Villas Boas no encontro, é preciso também buscar sentido. Em uma sociedade marcada pela fragmentação e pela aceleração digital, é fundamental formar pessoas capazes de cuidar de si, conectar-se com os outros e transformar o mundo em que vivem.

Essa visão recupera uma concepção humanista da educação, entendida como formação integral da pessoa. Cuidar, conectar e transformar orientam essa perspectiva: cuidar é reconhecer a saúde mental como condição para aprender e viver em comunidade; conectar é estabelecer uma relação ética e consciente com as tecnologias, baseada em discernimento, empatia e responsabilidade; transformar é formar cidadãos capazes de encontrar sentido em sua existência e contribuir para o bem comum.

As tecnologias ampliam o acesso ao conhecimento, mas também podem acentuar vulnerabilidades, gerar isolamento, intensificar a comparação social e favorecer novas formas de sofrimento psicológico. O desafio não é rejeitar a tecnologia, mas humanizá-la, ajudando os jovens a desenvolver pensamento crítico, atenção, equilíbrio emocional e consciência ética.

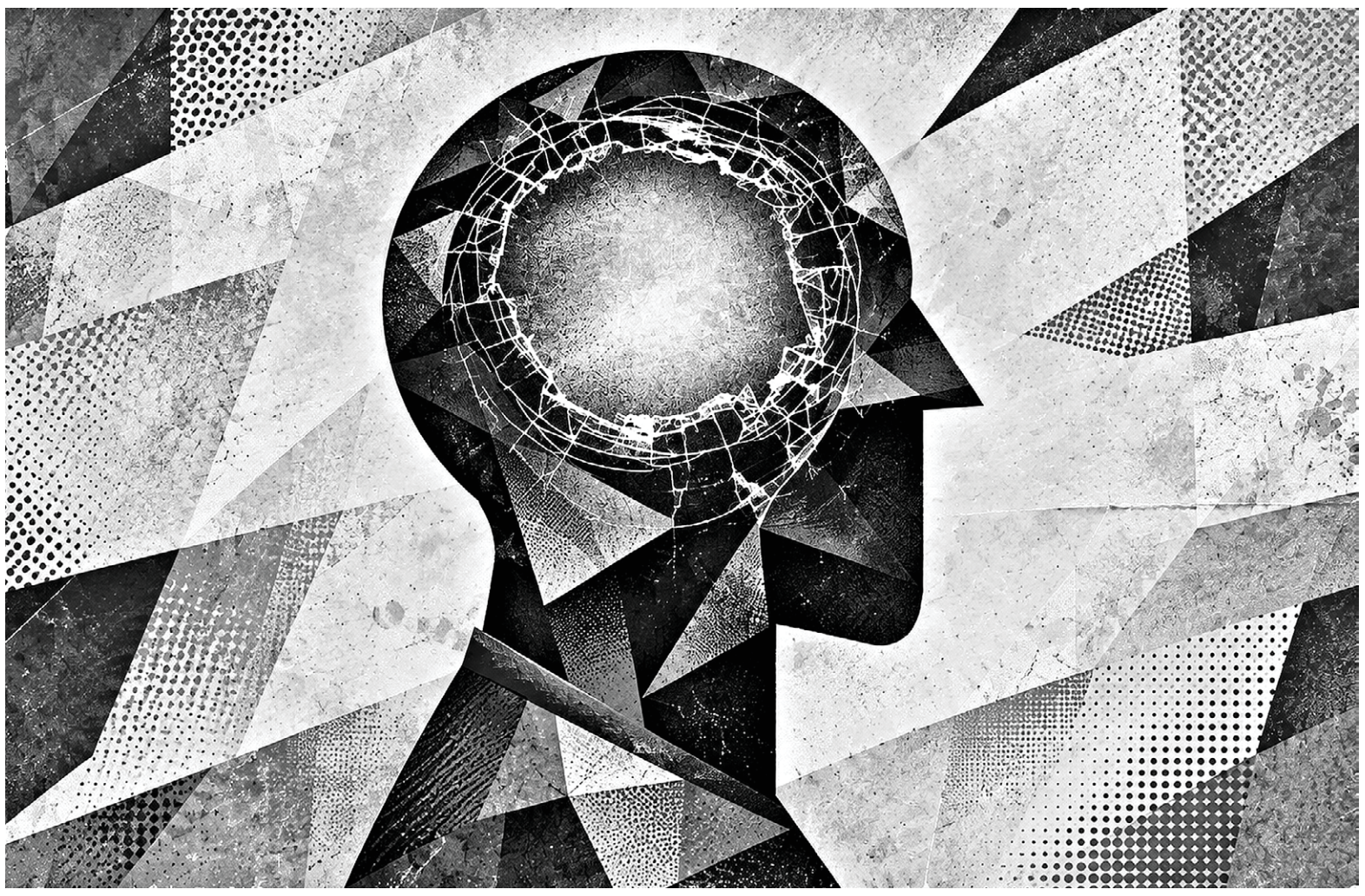
É nesse contexto que ganha relevância o acordo de cooperação entre a Santa Sé e a OEI. Inspirado no Pacto Educativo Global, o acordo reconhece que os desafios educacionais exigem respostas que ultrapassem fronteiras, fortalecendo a cooperação ibero-americana.

As recomendações aprovadas apontam medidas concretas: um diagnóstico regional sobre saúde mental nos sistemas educacionais; a criação de uma Rede Ibero-Americana de Educação, Saúde e Bem-Estar Integral; um observatório sobre o impacto dos problemas de saúde mental na aprendizagem; e intercâmbio de boas práticas.

Essas iniciativas revelam uma mudança de paradigma. A saúde mental deixa de ser vista apenas como problema individual e passa a ser reconhecida como fator essencial do desenvolvimento econômico, social e educacional. Investir no bem-estar de crianças e jovens é condição indispensável para o futuro das sociedades ibero-americanas.

Em um mundo de inovação tecnológica acelerada, o desenvolvimento humano não pode ser medido apenas por eficiência ou produtividade. Relações de qualidade, sentido, equilíbrio emocional e pertencimento também são decisivos para o progresso coletivo.

A aliança entre a OEI e a Santa Sé surge, assim, como sinal de esperança. Ao colocar a pessoa humana no centro das políticas educacionais, reafirma que o verdadeiro objetivo da educação é formar seres humanos capazes de viver com dignidade, cuidar dos outros e construir um futuro comum. No âmbito ibero-americano, essa pode ser uma das agendas mais importantes da próxima década.



Derrota de Trump: o Brasil pode comemorar, mas deve guardar o recibo



» ANTONIO CARLOS LESSA
» CARLOS PIO
Respectivamente, professor titular e professor associado do Instituto de Relações Internacionais da UnB

Quem em Brasília comemorou a vitória democrata de terça-feira, 3 de novembro, talvez esteja olhando para o lugar errado. Os democratas tomaram a Câmara e o Senado com folga, nove dias depois da reeleição de Lula. A coincidência convida a concluir que a pressão de Washington sobre o Brasil perdeu fôlego. Discordamos num ponto decisivo: as tarifas que hoje incidem sobre as exportações brasileiras foram montadas, ao longo de 2026, para resistir a esse tipo de revés.

Em julho de 2025, Trump impôs 50% sobre produtos brasileiros com base numa lei de emergência econômica e justificou a medida pelo processo no STF contra Jair Bolsonaro. O Senado, ainda de maioria republicana, votou em 28 de outubro daquele ano, por 52 a 48, pelo fim da emergência, com cinco republicanos ao lado da oposição; a resolução morreu na Câmara. Em 20 de fevereiro de 2026, a Suprema Corte decidiu, por seis votos a três, que aquela lei não autoriza tarifas, e durante alguns meses pareceu que o assunto se encerrava ali.

Washington trocou de trilho. Em 15 de julho, o Escritório do Representante Comercial (USTR) concluiu investigação sob a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 e fixou tarifa de 25% sobre a maior parte das importações brasileiras, em vigor desde 22 de julho, com exceções para produtos como aço e alumínio, já cobertos pelas tarifas setoriais da Seção 232. O laudo trata de comércio digital e meios de pagamento, com o Pix na mira, de preferências tarifárias, de combate à corrupção e de desmatamento ilegal. Bolsonaro saiu do texto. Uma segunda investigação, também sob a Seção 301, acrescentou no mesmo mês tarifa adicional entre 10% e 12,5% sobre parte das exportações do Brasil e de outros 59 parceiros comerciais, acusados de tolerar a importação de bens produzidos com trabalho forçado. Com rito administrativo e audiências públicas, as duas queixas adquiriram uma durabilidade que a versão anterior, abertamente política, nunca teve.

O que um Congresso democrata pode fazer com isso? Pouco, no curto prazo. Se tivesse passado também na Câmara, a Resolução de 2025 esbarraria no veto presidencial, e os 52 votos obtidos no Senado ficariam longe dos 67 exigidos para derrubá-lo. Contra a Seção 301, a nova maioria, que toma posse em janeiro de 2027, dispõe de recurso ainda mais estreito, pois teria de aprovar lei específica, sujeita ao mesmo veto e à mesma aritmética, enquanto o Executivo pode modificar as tarifas por ato próprio. É certo que os democratas ganharão o poder de investigar e o de barrar nomeações de Trump, instrumentos de desgaste que tornam mais custoso o uso da política comercial para pressionar países governados por adversários ideológicos e menos rentável o agrado aos políticos trumpistas naqueles países.

Resta a negociação com o USTR, que já começou. O Mdic espera, para os próximos dias, a proposta americana prometida em 30 de setembro. Contra essa saída pesa uma objeção séria, vinda da própria Casa Branca. Presidentes acuados em casa costumam compensar no exterior, e a América Latina tem sido o palco mais barato dessa compensação. Ao anunciar, em 27 de outubro, vistos para Flávio Bolsonaro, no mesmo dia em que o senador deixou o país contra ordem judicial, o Departamento de Estado indicou que o governo Trump continua a tratar o Brasil como assunto de política interna americana. Se for assim, a negociação morreria na mesa.

Pensamos o contrário, por uma razão prosaica. A Seção 301 oferece a Trump uma saída que o dispensa de recuar sobre Bolsonaro. Pagamentos eletrônicos e preferências tarifárias são matérias negociáveis, com moeda de troca conhecida, e um presidente sob investigação parlamentar, com o calendário de 2028 começando a correr, tem incentivo para colecionar acordos que possa exibir como vitórias. O risco mora também do lado de cá. Lula concentrou a resposta à primeira investigação na defesa do Pix e chamou os Bolsonaro de lambe-botas dos Estados Unidos; converter a derrota de Trump em vindicação retórica seria o modo mais seguro de desperdiçar esse incentivo.

Podemos estar errados. Se, até meados de 2027, Washington ampliar tarifas ou sanções contra o Brasil apesar do novo Congresso, a coerção terá revelado uma lógica que nenhuma mesa de negociação alcança, e a aposta racional passa a ser esperar 2029.

Até lá, cabe ao Itamaraty e ao Mdic separar duas agendas que Washington inicialmente misturou em 2025 e separou em 2026 por conveniência jurídica. O caso Bolsonaro pertence aos tribunais brasileiros e ao escrutínio que o novo Congresso americano quiser exercer sobre a política de vistos. As tarifas pertencem à mesa do USTR. Guardar o recibo, aqui, significa chegar a essa mesa sabendo o que se defende e o que se troca: o Pix, política pública do Banco Central, fica do primeiro lado; as margens de preferência concedidas a México e Índia podem ir para o segundo. Os próximos meses, com Trump enfraquecido e ainda distante da própria sucessão, oferecem a melhor janela que Brasília terá.

Um Plano Real para a taxa de juros?



» ELIAS JABBOUR
Deputado federal eleito (PCdoB-RJ)

Enquanto o mercado exige cortes no Orçamento, um dos pais do Plano Real resolveu apontar, em tese, para o lugar certo. O economista André Lara Resende propõe baixar a taxa básica de juros, a Selic, para 7,5% ao ano em até 12 meses. Um novo conselho definiria os juros e as metas das contas do governo para quatro ou cinco anos. Se o dólar disparasse com a queda dos juros, o Banco Central venderia parte dos mais de US$ 350 bilhões que o país tem guardados para segurar a cotação. Não é a proposta de um radical. É a de quem ajudou a acabar com a hiperinflação e hoje vê o Banco Central preso a uma receita que já não serve ao país.

Evidente que essa proposta contém contradições — o que é normal. Sem fechar a nossa conta de capitais, é muito difícil fixar os juros nominais em uma regra. Afora o fato do preço da aposta contra uma moeda não conversível, como o Real, é algo precificado diante de um mundo onde os agentes financeiros dobram aposta contra economias "rebeldes".

A lista de contradições não termina aqui, mas não é sobre tais que devemos nos concentrar. A proposta de Lara Resende deve ser vista como um ponto de partida fundamental sobre um debate que pode nos levar a um Plano Real para a taxa de juros. Explico: em 1994, uma jihad contra a indexação da economia foi a chave do sucesso do Plano Real. Hoje, Lara Resende propõe o mesmo para uma economia viciada em indexações pela taxa Selic, a começar pela própria dívida pública. E o óbvio que a ortodoxia neoliberal não quer que enxerguemos: nenhum corte em programas sociais resolve isso enquanto os juros crescerem mais rápido que o PIB.

A proposta tem um ponto de disruptura, pois nos obriga a nos perguntar se é o gasto primário do Estado que é o muito alto ou o que se dispende anualmente para a dívida pública. Vejamos. Com a Selic em 13,75% nos últimos 12 meses, o governo pagou mais de R$ 1,1 trilhão em juros da dívida pública, o equivalente a 8,9% de tudo o que o país produz em um ano. Sem contar os juros, as contas do governo estão perto do equilíbrio. O nosso deficit primário em 2025 foi de apenas -0,4%. Não por acaso, a dívida pública saltou de 71,7% do PIB em 2022 para cerca de 82,9% em agosto. Nenhum corte em programas sociais resolve essa contradição enquanto os juros crescerem mais rápido que a economia.

No bolso do brasileiro, o peso é ainda maior. Segundo o Banco Central, em setembro as famílias pagaram, em média, 62,4% de juros ao ano nos empréstimos novos. As empresas pagaram 24,4%. Isso impede as famílias de consumirem e os empresários de investir em máquinas e equipamentos. As dívidas das famílias já passam da metade da renda de um ano, e quase 30% da renda de cada mês vai para pagar prestações. Cerca de 6% do que as famílias devem aos bancos estão em atraso.

O texto de Lara Resende é importante por demonstrar que juros menores economizariam cerca de 4% do PIB por ano. É exatamente o investimento em infraestrutura que defendo garantir na Constituição. É falsa a premissa de que o Brasil não precisa escolher entre contas em ordem ou desenvolvimento. Precisa parar de gastar com juros o dinheiro que poderia construir ferrovias, portos, redes de esgoto e moradias. Indo à raiz, perceberemos que os preços no Brasil não sobem por pressão da demanda. Sobem em linha com os altos custos do frete, energia e logística. Logo, não existe essa relação em linha reta entre juros baixos e inflação alta.

Defender juros mais baixos é uma questão tanto de ordem pública quanto civilizatória, pois envolve a capacidade de reprodução material de nosso país e povo e a luta contra a falta de mobilidade social que, por sua vez, alimenta tanto o crime organizado quanto a extrema-direita. A proposta de Lara Resende abre um debate que o Congresso não pode ignorar, e nele estarei na linha de frente.